PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. FELIPE CARRERAS)

Altera a Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre o Fundo Nacional de Assistência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.....

.....

§4º Os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social poderão ser utilizados para a subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, para financiamento a entidades de assistência social com atividades voltadas para pessoas com deficiência.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades de assistência social que cuidam de pessoas com deficiência realizam política social de grande interesse público. Muitas vezes, diante da ausência do Estado, são essas entidades que amparam as pessoas com deficiência, mediante ações voltadas para a reabilitação profissional, treinamentos para melhoria da qualidade de vida e apoio psicológico.

Assim, este projeto de lei propõe que, entre as destinações possíveis do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), seja viável a utilização de recursos para equalização de taxas de juros, para financiamento a entidades de assistência social com atividades voltadas para pessoas com deficiência.

Dessa forma, seria possível às instituições financeiras oficiais, por exemplo o BNDES, conceder financiamento em condições mais favorecidas às entidades.

Apesar da existência de linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltada para instituições privadas filantrópicas ou sem fins lucrativos, para investimentos na melhoria e expansão de serviços de educação, saúde e assistência social, constata-se que o custo dessas linhas de financiamento é bastante alto, tendo em vista a política adotada para taxa de juros e a baixa capacidade de pagamento de instituições beneficentes, sem fins lucrativos.

Assim, busca-se o fomento às atividades dessas entidades, com melhoria de bem-estar para as pessoas com deficiência.

Pelo alcance social da medida, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado Federal **FELIPE CARRERAS**
(PSB/PE)